



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Roseli Conceição de Almeida Schefer

Considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar

Joinville/SC

2018

Roseli Conceição de Almeida Schefer

Considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professora Orientadora: Dra. Audrei Gesser

Joinville/SC

2018

"É maravilhoso ter ouvidos e olhos na alma. Isto completa a alegria de viver."

Helen Keller.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela saúde, força e cuidado em todos os momentos. Saúde, porque mesmo em momento de crise falciforme, não me deixou desistir, me ajudando a suportar as dores fortes. Pela força, pois sem ela não conseguiria prosseguir e pelo cuidado que não me faltou em nenhum momento. Nas madrugadas, nas estradas, nas viagens com tempestades fortes, em que a chuva não me permitia ter uma visão clara da estrada para dirigir, mas em tudo o Senhor me guardou e protegeu, livrando-me de vários acidentes no trânsito. Enfim, por tudo que Ele, o Senhor, fez e permitiu, para que eu conseguisse chegar até aqui e concluísse esse curso, sou eternamente grata.

Agradeço a todos os professores do curso de Letras LIBRAS, que direta ou indiretamente, contribuíram na minha formação acadêmica como Intérprete da Língua de Sinais. Em especial, à minha orientadora Audrei Gesser, pela atenção destinada ao acompanhamento desse trabalho e à tutora Laura, pelos dias de aulas vividos e pelas informações que colaboraram, significativamente, para a minha formação como intérprete. A toda minha família e amigos, pelo incentivo e apoio. Por fim, agradeço a todos que de alguma maneira cooperaram para realização deste trabalho.

Dedico este aos meus pais, João e Líria, por acreditarem em mim. Ao meu filho Gabriel, que sempre me apoiou e esteve comigo em todos os momentos, nas diversas viagens de carro, nas madrugadas, em estradas perigosas e em outros momentos, me levando à cidade vizinha para eu embarcar no ônibus que me conduziria à cidade de Joinville, onde aconteceu o curso, juntamente com meu pai, ficavam ali na madrugada ao meu lado me incentivando, preocupados e pedindo a Deus que me acompanhasse. Muito obrigada, meus amados, esses momentos também me fortaleceram para eu prosseguir e conseguir chegar ao fim deste curso.

RESUMO

O presente estudo objetiva trazer considerações com relação à atuação do profissional Intérprete da Língua de Sinais (ILS) no contexto escolar, abordando também a sua trajetória de conquistas, no que diz respeito à legislação. Tendo em vista que o intérprete atua num ambiente onde há o professor regente, isto acaba criando situações de conflito quanto a sua atuação e atribuições profissionais, pois o professor regente muitas vezes lhe atribui as ações de ensinar, o que é de sua responsabilidade; sendo esta a problemática para este estudo. A pesquisa tem como metodologia a pesquisa bibliográfica, baseando-se nos estudos teóricos de Lacerda (2009), Quadros (2008), Rosa (2005), dentre outros. Trata-se também de uma pesquisa qualitativa, relatando experiências de uma Intérprete da Língua de Sinais, que atuou com três alunos inclusos na rede regular de ensino, sendo uma aluna do Ensino Fundamental nos anos iniciais, um aluno do Ensino Médio profissionalizante e uma aluna no Ensino Médio. Considerando que o ILS pode minimizar as dificuldades do aluno surdo, equilibrando as dificuldades linguísticas na sala de aula, ressalta-se que sua função é mediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, fazendo a interpretação do conteúdo explorado, juntamente, com o professor regente da sala de aula. Entende-se que tal postura contribuiu no processo de aprendizagem da língua oral, servindo de apoio para a leitura e compreensão de textos escritos e auxiliando também na produção escrita. Portanto, o aluno surdo com o auxílio do Intérprete da Língua de Sinais pode exercer sua cidadania, garantindo seus direitos e aproveitando o máximo a possibilidade de interação em sala de aula, tendo oportunidades de aprendizagens compatíveis com os demais alunos ouvintes.

Palavras-chave: Intérprete de Libras/Português. Aluno Surdo. Professor Regente.

ABSTRACT

The present study aims to bring forward considerations regarding the performance of the professional Sign Language Interpreter (ILS) in the school context, also approaching its trajectory of conquests with regard to legislation. Given that the interpreter works in an environment where there is the regent teacher, this ends up creating situations of conflicts as to their performance and professional assignments, because the regent teacher often attributes to the actions of teaching, which is their responsibility; being the problem for this study. The research has as methodology the bibliographical research, being based on the theoretical studies of Lacerda (2009), Quadros (2008), Rosa (2005), among others. It is also a qualitative research report of a Sign Language Interpreter who worked with three students included in the regular network of education, being a student in elementary school in the initial years, a student of the Professional High School and a student in Teaching Medium. Considering that ILS can minimize the difficulties of the deaf student, balancing the linguistic difficulties in the classroom, it is emphasized that their function is to mediate the communication between deaf people and listeners, interpreting the content explored together with the regent teacher of the classroom. It is understood that such a position contributed in the process of learning the oral language, serving as support for the reading and comprehension of written texts and also assisting in writing production. Therefore, the deaf student with the assistance of the Sign Language Interpreter can exercise their citizenship, guaranteeing their rights and making the most of the possibility of interaction in the classroom, having opportunities for compatible learning from the other hearing students.

Keywords: Libras/Portuguese Interpreter. Deaf student. Regent Teacher.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Aspectos favoráveis e aspectos desfavoráveis.....	26
-----------	---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Comunicação entre alunos surdos, intérprete e profissionais da escola.....	18
Figura 2.	Verbos em espanhol.....	41
Figura 3.	Exercícios de assimilação de conteúdos em espanhol.....	42

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
IE	Intérprete Educacional
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
INEP	Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
TILSP	Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa
TILS	Tradutor Intérprete de Libras
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	15
2. ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO TRADUTOR INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS/LÍNGUA PORTUGUESA (TILSP).....	21
3. O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (ILS) NO CONTEXTO ESCOLAR.....	24
4. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	30
4.1 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Qualitativa.....	30
4.2 Descrição do cenário e perfil dos participantes.....	30
5. RELATO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ENSINO PÚBLICO REGULAR.....	32
5.1 Práxis no Ensino Fundamental (Anos Iniciais).....	32
5.2 Práxis no Ensino Médio Profissionalizante e Ensino Médio.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE.....	49
APÊNDICE A - ATIVIDADES (ADAPTADAS) ENSINO FUNDAMENTAL.....	50
APÊNDICE B - ATIVIDADES (ADAPTADAS) ENSINO MÉDIO – DISCIPLINA DE ESPANHOL.....	54
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57

INTRODUÇÃO

No Brasil, tem se debatido sobre a educação bilíngue para surdos. Segundo Ferreira (1999, p. 300) “bilinguismo: significa a utilização regular das línguas por indivíduos, ou comunidade, como resultado de contato linguístico. Assim, bilíngue é falar e escrever em duas línguas”.

Portanto, o aluno surdo tem direito a esta educação e deve ser ensinada aos surdos a língua portuguesa como segunda língua. Assim, a instituição escolar deve apresentar estratégias diversificadas às necessidades linguísticas dos educandos surdos que facilitem a aquisição e o desenvolvimento da língua de sinais, como primeira língua (QUADROS, 2007).

Skliar (2005, p. 27) menciona que “usufruir da língua de sinais é um direito dos surdos e não uma concessão de alguns professores e escolas”. Portanto, no Brasil, há vários documentos oficiais que garantem aos alunos surdos plenos direitos a uma educação diferenciada na classe regular a qual está inserido e a Libras deve ser explorada e valorizada nesse processo de escolarização do estudante surdo.

Entretanto, apesar da abordagem bilíngue no âmbito escolar, alguns docentes ouvintes, que ensinam alunos surdos não dominam o conteúdo linguístico da Libras e acabam misturando a língua oral com a língua de sinais e aí se faz necessária a abordagem deste objeto de estudo, “a atuação do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) na sala de aula”, bem como sua importância e relevância na conjuntura educacional do aluno surdo.

Diante disso, destaca-se que o profissional Intérprete da Língua de Sinais deve ser o elo comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e demais envolvidos no contexto escolar. Sua função na classe regular é servir como intérprete entre pessoas que compartilham línguas e culturas divergentes e isso exige estratégias cognitivas na arte de transmitir o conteúdo das explanações e questionamentos docentes, propiciando a interação do aluno nos espaços escolares.

Assim, uma sucessão de leis, decretos e documentos consolidam e especificam o trabalho do profissional Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. No início, sua atuação era de forma informal no âmbito religioso e familiar e, posteriormente, constituíram-se como profissionais, devido ao conhecimento específico que possuíam.

Dentre os documentos legais, ressalta-se a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005, que tratam especificamente sobre o Intérprete da Língua de Sinais e sua

formação. E, em 2010, regulamentou-se, oficialmente, a profissão de Intérprete da Língua de Sinais, sob a Lei nº 12.319. Esses e os demais documentos delinham-se pelas lutas de movimentos sociais representantes de minorias; dentre os movimentos destaca-se a Educação Bilíngue para surdos.

De acordo com Lacerda e Góes (2000), o ILS vem ressignificando suas funções, tendo em vista que seu saber e seu fazer apresentam peculiaridades na área educacional e também domínio e fluência de libras. A função do Intérprete da Língua de Sinais é a mediação nas relações estabelecidas entre o aluno surdo e os demais envolvidos no contexto escolar.

O objetivo a ser alcançado com esta pesquisa é apresentar reflexões acerca da atuação do profissional Intérprete da Língua de Sinais no ambiente escolar. E para que este estudo se consolidasse abordou-se um breve histórico da legislação vigente, as conquistas da pessoa surda e a relevância do ILS no contexto escolar; apresenta também os aspectos da evolução desta profissão e finaliza com relatos de experiência de uma Intérprete da Língua de Sinais, inserida no âmbito da instituição de ensino regular público.

Nesse contexto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, pautada nos estudos de Lacerda (2009), Quadros (2008), Rosa (2005), dentre outros. E também na pesquisa qualitativa, baseando-se no relato das experiências de uma Intérprete da Língua de Sinais que atuou com três alunos inclusos na rede regular de ensino, sendo uma aluna no Ensino Fundamental nas séries iniciais, um aluno do Ensino Médio Profissionalizante e uma aluna no Ensino Médio.

Diante disso, destaca-se que, o Intérprete da Língua de Sinais, ao desenvolver seu trabalho com o aluno surdo, tem o compromisso de contribuir no construir o conhecimento do educando, sendo um mediador nesse processo; afinal é um profissional capacitado que domina a Libras e proporciona aos alunos surdos à transmissão de informações em Libras, oportunizando a construção de suas competências e habilidades na leitura e escrita, tornando-os letrados; constituindo um elo de interação relevante na educação dos surdos nas classes regulares.

Entretanto, ressalta-se que é inadmissível existir duas línguas na sala de aula, sem que haja primeiramente subsídios e adequações curriculares que favorecem alunos surdos e ouvintes, tornando o ensino adequado às especificidades de cada aluno. Segundo Botelho (2002), o aluno surdo é cognitivamente igual ao aluno ouvinte; mas tem uma forma peculiar de aprender, porque compartilha de duas línguas na classe regular.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se, tendo em vista o trabalho que desenvolvi com os alunos surdos no ensino regular, pois percebi que os alunos surdos sofrem devido às necessidades educacionais especiais, porque não conseguem acompanhar as explicações e conseqüentemente o conteúdo, porque não há uma contextualização em Libras para eles, pois os professores das disciplinas não dominam essa ação linguística e os recursos visuais, “quando” explorados pelos docentes, não são suficientes para o desenvolvimento escolar do aluno surdo.

Em razão disso, o presente trabalho apresenta considerações a respeito do profissional Intérprete da Língua de Sinais no contexto escolar, pois este atua como mediador linguístico e pode contribuir no processo educacional e de interação social dos alunos surdos.

Portanto, ressalta-se que a instituição escolar deve estar aberta à cultura surda visando à construção de uma política educacional da identidade dos alunos surdos, proporcionando a estes estudantes os recursos linguísticos e apoio especializado do ILS um desenvolvimento na perspectiva do bilinguismo, conforme estabelecido no Plano Nacional de Educação, onde prevê a “escola para todos”, preparando os alunos surdos para os desafios cotidianos, mas acima de tudo propiciando oportunidades de igualdades tanto para alunos ouvintes, quanto para alunos surdos.

1. BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Não é possível falar sobre o amparo legal do Intérprete de Língua de Sinais (ILS) no contexto escolar, sem antes abordar, brevemente, a trajetória histórica do aluno com necessidades especiais, para compreendermos a relevância da atuação desse profissional.

Diante disso, inicia este estudo com a citação da UNESCO, onde toda criança tem direito à educação:

Deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas; [...] aquelas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (UNESCO, 1994, p. 8).

Todas as crianças têm direito à educação com qualidade e ambiente propício à aprendizagem, desse modo, as escolas trabalham para que esse direito seja atendido de modo eficiente.

Outro documento importantíssimo é a Constituição Federal de 1988, que no artigo 208 refere-se à inclusão de alunos deficientes e reafirma o direito à educação, determinando que esse atendimento ocorra na rede regular de ensino, proporcionando a inclusão e a integração educacional de maneira eficiente (BRASIL, 1988).

No ano de 1990, aconteceu o sancionamento da Lei 8.069 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Aqui será abordado somente o IV Capítulo, que se refere à educação (o qual é pertinente ao estudo em questão); no artigo 54, diz que “é direito do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]”.

Depois em 1996, a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação determina que a União estabeleça uma política nacional de educação, que os Estados devem ofertar o Ensino Fundamental gratuito, priorizando o Ensino Médio. E os municípios ofertem o Ensino Infantil nas creches e pré-escola, a priori no Ensino Fundamental.

A Lei 9.394/96, no capítulo V estabelece as diretrizes da Educação Especial:

Art. 58º Entende-se por educação especial, para os efeitos dessa lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços especializados, na escola regular, para as peculiaridades da clientela da educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996).

Observa-se neste artigo a devida importância dos alunos com necessidades especiais, porque antes da sanção dessa lei, não se tinha apoio do Sistema de Ensino, a não ser nas instituições especializadas, como as APAES.

Também ressalta-se o inciso 1º, que garante os serviços especializados para atender a diferentes “anormalidades” que os alunos possam apresentar.

O artigo 59 aborda sobre os sistemas de ensino:

Art. 59º Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida da sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação superior com órgãos oficiais afins, bem como aqueles que apresentam uma habilidade superior às áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

De acordo com a citação dos artigos 58 e 59 da LDB, reforça-se que a lei garante os direitos aos educandos, porém eles precisam ser efetivados na prática. Portanto, na rede regular de ensino, é necessário haver serviços de apoio para os alunos com necessidades especiais, afinal eles precisam de instruções, instrumentos, técnicas e equipamentos adequados.

Outro documento legal significativo nessa trajetória histórica é a Lei nº 10.436/2002, onde o Brasil reconheceu a Língua Brasileira de Sinais/Libras, como língua das comunidades surdas brasileiras. E no ano de 2005, foi assinado o Decreto de Lei nº 5.626, que regulamenta

a Lei nº 10.436/2002, no que se refere à formação de profissionais para atuar na educação de pessoas surdas.

Segundo Cassiano (2017, p. 6), o Decreto nº 5.626 apresenta “a inclusão da Libras como disciplina curricular a ser oferecida, obrigatoriamente, nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, de instituição de ensino público e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”.

No Capítulo IV, deste Decreto, aborda-se o uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação e orienta as instituições de ensino superior em seus processos seletivos e de ensino quanto à utilização da Libras e da Língua Portuguesa, visando garantir a formação de profissionais qualificados ao ensino de Libras nos cursos de Licenciatura e nos outros níveis de ensino.

Tendo em vista, o objeto desse estudo, o ILS, no referido Decreto, no Capítulo V trata sobre a formação do Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos cursos de profissionalização, de extensão universitária ou em instituições de ensino superior com formação continuada; onde a certificação deverá ser feita por instituições credenciadas pela secretaria de educação.

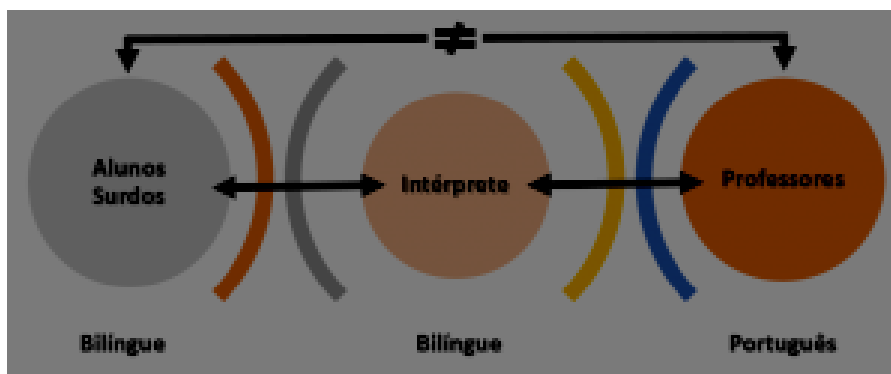
Nesse sentido, ressalta-se a relevância do Intérprete da Língua de Sinais em sala de aula, o qual é objeto de estudo deste trabalho; amparado nas leis citadas, enfatiza-se que deve haver profissionais qualificados, para que o atendimento seja de qualidade, de acordo com as necessidades dos alunos; pois garantir o direito à educação é uma prioridade e um passo fundamental na consolidação da cidadania e visando esse direito é que se apresenta a relevância do profissional intérprete na sala de aula, para que o aluno surdo tenha uma educação de qualidade conforme suas especificidades.

E no se refere aos alunos com deficiência auditiva, surge os desafios a serem considerados e Lacerda (2006) argumenta que:

O problema central é o acesso à comunicação, já que são necessárias intervenções diversas (boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outros), que nem sempre tornam acessíveis os conteúdos tratados em classe. A dificuldade maior está em oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes e que professores e especialistas que participam da atividade escolar continuam uma equipe com tempo reservado para organização de atividades, trabalhando conjuntamente numa ação efetiva de proposições de atividades que atendam às necessidades de todos os alunos (LACERDA 2006, p. 166-167).

Portanto, os alunos surdos precisam do auxílio de um Intérprete da Língua de Sinais, para que ele faça a interpretação de uma língua falada para a sinalização e vice versa. Segundo Quadros (2007, p. 27) “o Intérprete deve dominar a Língua de Sinais e a língua falada do país”.

Figura 1: Comunicação entre alunos surdos, intérprete e profissionais da escola.



Fonte: Quadros (2007)

De acordo com Lacerda (2000) o Intérprete da Língua de Sinais, no momento da interpretação, precisa ser imparcial, deve passar confiança e manter sigilo caso seja solicitado, não deve fazer interferência de opinião pessoal, deve estabelecer limites durante sua atuação e prezar pela fidelidade oral e textual.

Quadros (2004) reforça os pressupostos desse profissional:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa, observando os seguintes preceitos éticos: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discricção (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opinião a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito) (QUADROS, 2004, p. 28).

Nesse sentido, ressalta-se que, o Tradutor Intérprete da Língua de Sinais/Português (TILSP) foi regulamentado, enquanto profissão, pela Lei Federal nº 12.319/2010, a qual determina:

Art. 4º: A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:
I Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
II Cursos de extensão universitária;
III Cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (BRASIL, 2010, p. 01).

Portanto, a formação do TILSP pode ser apenas em nível médio. Entretanto, outra maneira de habilitação do TILSP para atuar no Ensino Superior, é a obtenção do Certificado de Proficiência em Libras em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa [...] (BRASIL, 2010).

Os TILSP que trabalham no Ensino Superior, segundo Sander (2003) deveriam ter no mínimo, uma formação acadêmica, se possível, na área de atuação, bem como um curso de intérprete, ofertado pelo órgão responsável, somente assim, poderíamos falar em intérpretes profissionais, qualificados e certificados, que possam garantir aos surdos a apropriação do conhecimento necessário numa universidade.

E, no dia seis de julho de 2015, sanciona-se a Lei nº 13.146, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegurando os direitos fundamentais da pessoa com deficiência e a condição de igualdade, primando pela inclusão social e de cidadania.

Retoma-se com esta lei a obrigatoriedade da formação do TILSP em nível superior. No artigo 28, do capítulo IV: “Do direito à Educação, no inciso II, do parágrafo segundo, determina-se que “os Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aulas dos cursos de graduação e pós-graduação, devam possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (BRASIL, 2015).

De acordo com Cassiano (2017), o processo de formação dos TILSP, surgiu da necessidade de comunicação entre ouvintes e surdos na vida social. Entretanto, com o desenvolvimento linguístico do surdo, o processo de interpretação exigiu proficiência e formação dos intérpretes e também precisou de uma legislação que regulamentasse a formação e atuação dos TILSP.

Nessa perspectiva de avanços e retrocessos nos dispositivos legais, no decorrer desses últimos quinze anos é que a formação dos TILSP começou a ser regulamentada, a partir das Leis nº 10.436/2002 - Lei de Libras, pelo Decreto nº 5.626/2005; Lei nº 12.319/2010 – Lei do Intérprete e a Lei nº 13.146/2015 – Lei da Inclusão.

Destaca-se a Lei 12.319/2010, devido à relevância desta conquista, porque a profissão existia, porém, não era reconhecida, precarizando o exercício correto da mesma. A atuação do Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais é um alicerce necessário na interação e valorização das pessoas surdas. Assim, esse profissional deve exercer sua profissão com postura ética, respeito e rigor técnico à pessoa humana e a cultura do surdo.

Diante disso, faz-se necessário ressaltar alguns artigos da Lei nº 12.319/2010:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Art. 2º O Tradutor e Intérprete terá competência para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.[...]

Parágrafo único: O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores intérpretes de Libras das instituições de educação superior.

Art. 6º São atribuições do Tradutor e Intérprete, no exercício de suas competências:

I – Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II – Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades didáticas pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III – Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV – Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades fim das instituições de ensino e repartições públicas;

V – Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e em especial:

I - Pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II – Pela atuação livre do preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - Pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

IV - Pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V – Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI – Pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda (BRASIL, 2010, p. 01-03).

Assim, como a citada lei garantiu avanços na educação bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa escrita) as demais legislações também contribuíram nas conquistas da comunidade surda; porém enfatizou-se a presença de intérprete no contexto escolar, por ser objeto deste estudo.

Entretanto, ainda se tem um caminho a trilhar para que essas conquistas continuem gradativamente avançando, porque a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais foi reconhecida mediante a Lei nº 12.319/2010, porém ela é recente e vem suscitando debates acerca dos parâmetros para o exercício da profissão, bem como da formação, atuação e valorização, que serão abordados no decorrer deste estudo.

2. ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA PROFISSÃO TRADUTOR INTÉRPRETE DA LÍNGUA DE SINAIS/LÍNGUA PORTUGUESA (TILSP)

Segundo Pereira (2008), a interpretação da Língua de Sinais no Brasil iniciou como um serviço voluntário ou familiar. Em 1970, tinha-se a visão de que uma pessoa surda deveria ter desenvolvida a sua oralização para ser considerada cidadã. Não havia um trabalho formal com a Libras, até por que não era oficialmente reconhecida. Não há registros formais de profissionais atuantes. A maioria dos voluntários eram pessoas ligadas à pessoa surda: filhas de pais surdos, professores de surdos etc.

Na década de 80, funda-se a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), iniciando o trabalho com Libras e as pessoas que tinham vocabulário fluente de sinais, investiram seus estudos nas técnicas e formas de interpretação. E as organizações religiosas começaram a prestar os serviços dos profissionais de tradução e interpretação durante os cultos, colaborando na difusão da Libras e presença do Tradutor Intérprete da Língua de Sinais/Português.

Nessa época, os intérpretes não tinham status profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente, participam do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de Intérpretes de Língua de Sinais no país (QUADROS, 2008, p. 153).

A história do profissional Intérprete da Língua de Sinais está ligada às lutas da comunidade surda mediante os movimentos sociais e pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS).

Segundo Quadros (2008), em 1988, ocorreu o I Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais. Em 1990, estabeleceram-se unidades de intérpretes juntamente com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. O II Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais aconteceu no ano de 1992. E em 2002, foi sancionada a Lei Federal que reconheceu oficialmente a Libras, como Língua Brasileira de Sinais.

No ano de 2005, com a homologação do Decreto 5.626, considera-se o Tradutor Intérprete, como a pessoa que interpreta a língua fonte para outra língua alvo e a formação deste profissional deverá ser em curso superior de tradução e interpretação, com habilidades em Libras/Língua Portuguesa, garantindo dessa forma a sua atuação em todos os níveis da educação (QUADROS, 2007).

Diante disso, ressalta-se a importância deste decreto, pois ele garante aos surdos o direito aos serviços de Tradutor Intérprete de Libras Língua Portuguesa em sala de aula e nos demais espaços onde necessitar, conforme exposto no documento:

As instituições federais, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de Tradutor e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como os equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (DECRETO nº 5.626/2005, art. 23º).

Pautando-se neste amparo legal, toda instituição de ensino que tiver aluno surdo, deve ter o profissional Intérprete de Língua de Sinais para assegurar o direito do educando com relação à aquisição dos conteúdos curriculares em sua própria língua.

Lacerda e Bernardino (2009) argumentam que:

Quando se insere um Intérprete de Língua de Sinais na sala de aula, abre-se a possibilidade de o aluno surdo poder receber a informação escolar em sinais, através de uma pessoa com competência nesta língua. O acesso e o contato com essa língua na escola podem favorecer o desenvolvimento e a aquisição de novos conhecimentos de forma ampla e adequada ao aluno surdo (LACERDA; BERNARDINO, 2009, p. 65).

Tendo em vista a relevância de avaliar a fluência dos que exercem a função de TILSP, o MEC institui o ProLibras como exame de Proficiência, certificando instrutores, docentes e tradutores intérpretes de Língua de Sinais.

Segundo Lacerda (2010), os TILSP começam a se organizar em associações regionais em 2008, fundando a Federação Nacional FEBRAPILS, que auxilia o profissional e contribui na sua formação. Neste mesmo ano, inicia-se o Curso de Graduação Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras/Português, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também surgem os cursos de especialização em Língua de Sinais à distância, promovidos por instituições particulares de ensino superior, com certificação de especialista.

Em 2010, com a Lei nº 12.319, regulamenta-se, oficialmente, o exercício da profissão de Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa. Citaremos somente dois artigos dessa lei, tendo em vista que a referida Lei já foi debatida no capítulo anterior.

O artigo segundo, refere-se às especificações do profissional TILS, prevendo uma certificação em exames de proficiência e o artigo quinto, prevê o comprometimento da União em ofertar o Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras Língua

Portuguesa. Desde 2006, o Exame ProLibras vem sendo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apoiado pelo Ministério da Educação (MEC) e com certificação para os TILS nos níveis médio e superior. E em 2013, esse exame teve a colaboração do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (LACERDA, 2009).

A Universidade Federal de Santa Catarina e o Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP) aplicam as provas do ProLibras em duas etapas: uma para verificar o nível de conhecimento de Libras e outra para verificar o conhecimento de interpretação da língua.

Nessa perspectiva, ressalta-se que esse profissional no contexto escolar tem a função de mediar a comunicação entre aluno, professor, colegas de classe e equipe escolar; interagindo enquanto tradutor entre as pessoas que compartilham língua e culturas diferenciadas. Lacerda (2009) menciona que essas ações exigem estratégias mentais, cujo intuito é transmitir o conteúdo das explicações e questionamentos, proporcionando a participação e interação dos alunos durante a aula e nos demais espaços da instituição de ensino.

Vieira (2007) ressalta que na trajetória histórica do profissional que faz mediação linguística dos alunos surdos, foram utilizadas diversas nomenclaturas, dentre elas Intérprete de Libras de Sinais (ILS), Intérprete Educacional (IE), Tradutor Intérprete de Libras (TILS) e recentemente Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa (TILSP).

Enfim, com esta ou aquela nomenclatura, é visível a evolução desse profissional no âmbito nacional brasileiro, mas destaca-se que não basta somente sua inserção na instituição de ensino, “para que a inclusão aconteça é necessário mais do que a presença do intérprete em sala de aula, precisa da interação de professores e intérpretes para que sua atuação conjunta garanta uma educação que promova desenvolvimento de potencialidades do aluno surdo” (SANTOS E FESTA, 2014, p. 9).

Nesse sentido, assim como o professor deve estar atento aos anseios dos alunos, o intérprete, apesar de não intervir sobre o conteúdo interpretado, precisa conhecer o aluno surdo e suas necessidades.

3. O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS (ILS) NO CONTEXTO ESCOLAR

Conforme a comunidade surda foi se constituindo enquanto grupo com identidade própria, o intérprete foi se fortalecendo enquanto profissional; porque o ILS surge mediante a organização dos surdos, assegurando-lhes o direito do exercício da cidadania, sendo um elo da comunicação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

Rosa (2005) confirma isso:

O Intérprete de Língua de Sinais está entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda, proporcionando um (des)entendimento entre esses dois grupos linguísticos, e ao realizar seu trabalho, é essencial que este converta para a língua de sinais a mensagem dita em português, buscando a “fidelidade”, concebida neste trabalho como equivalência de mensagens. O ILS produzirá outro mesmo discurso: outro, porque o fato de buscar um sinal/ palavra equivalente já é um movimento diferente; e mesmo, pelo fato de o discurso ser correspondente ao discurso de português (ROSA, 2005, p. 106-107).

Realmente, a tarefa mais complicada para o Intérprete de Língua de Sinais é a de distinguir as situações em que deverá ser literal ou utilizar-se de equivalência, em razão de não existir ou desconhecer o sinal equivalente para a expressão do que o emissor falou.

O ILS deve desempenhar sua função, pautando-se no princípio da neutralidade; assim como seus gestos corporais e entonação de voz, para que o discurso do apresentador não seja mal interpretado.

E no contexto escolar, Lacerda (2009, p. 33) menciona que “não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar”, mas considerando que o intuito não é somente a tradução, a ação do Intérprete da Língua de Sinais deverá favorecer o aprendizado do aluno surdo.

Acreditamos que na educação do aluno surdo a contribuição principal do ILS é mesmo a de interpretar. Contudo, nesse processo, é preciso que atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada um cumpra com seu papel em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir coisas ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda (LACERDA E BERNARDINO, 2009, p. 69).

Desenvolver sua função é indispensável, contudo, não se pode deixar de saber qual sua real função para que possa assim atuar de maneira correta e, para que o aluno surdo não seja prejudicado, por isso a importância do trabalho colaborativo entre intérprete e professor.

Diversos autores destacam a importância do intérprete para o desenvolvimento dos alunos surdos, bem como a relação estabelecida entre estudantes surdos e o ILS, conforme afirma Souza (2007):

O trabalho do tradutor, entendido como ato amoroso e de entrega à obra, apresenta, na figura do intérprete educacional de libras, uma face pouco visível em relação a outras situações tradutórias: torna crucial a relação pessoal, em jogos de acontecimento que convocam os sujeitos, estudantes e intérprete, ao preenchimento de uma falta em ambos. Falta que mobiliza o desejo de transmissão de conhecimento pelo intérprete ao estudante, ou antes, que o mobiliza a transmitir marcas simbólicas que, por sua vez, permitirão ao sujeito surdo se inscrever também na deriva de outra língua e em outra cultura. Configuração que impossibilitará o intérprete de ser, em sala de aula, apenas o intérprete, ele é sempre mais que isso: ele é parte do acontecimento de ensino aprendizagem em que é, ao mesmo tempo, sujeito objeto. E o professor, será um coadjuvante no processo ensino aprendizagem do aluno surdo, visto que este professor não conseguirá estabelecer uma relação de ensino com o surdo por não ter domínio da língua de sinais. E a relação professor/aluno/intérprete sempre será problemática e que esse dilema somente se resolverá com o apagamento da figura do professor, visto que este se torna indispensável se o intérprete educacional dominar a disciplina que está sendo ministrada na classe (SOUZA, 2007, p. 167-168)

No contexto escolar, em alguns casos, o intérprete atua como professor, esclarecendo questionamentos, porque se fizer uma interpretação no estrito sentido das palavras, esta poderá não ter sentido compreensível pelo aluno surdo. Entretanto, o professor regente de classe não pode passar suas responsabilidades ao intérprete, porque ele está lá para exercer sua função de intérprete. Damázio (2007) argumenta que:

É absolutamente necessário entender que o intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior (DAMÁZIO, 2007, p. 16).

Portanto, é necessário que a ação do intérprete se consolide em regime de colaboração com o professor, onde cada um deva cumprir sua função, almejando uma condição favorável de aprendizagem para o estudante surdo.

De acordo com Neto (2007), a parceria entre o professor e o intérprete é essencial, mas também se fazem necessárias adequações na estrutura física da sala de aula, a disposição dos alunos em classe, adequação metodológica por parte do professor regente, pois o contexto é diferenciado, porque há a presença de aluno surdo e de um ILS.

Alguns autores recomendam que os ILS da área da educação mediem as indagações dos alunos ao professor da classe, porque dessa maneira o intérprete realizará a sua função em sala de aula, visto que o ILS pode repassar os conteúdos com o professor, revelar seus questionamentos, debater sobre as dúvidas do aluno surdo, para que o conhecimento que se espera seja construído.

Nesse sentido, destaca-se a importância do intérprete em conhecer os equivalentes entre as expressões da língua portuguesa e as da língua de sinais, nem sempre fazendo em sinais todas as palavras pronunciadas pelo ouvinte; mas manter um sentido coerente pelo pronunciador do enunciado oral.

De acordo com Magalhães (2013), interpretar é uma tarefa complexa e faz-se necessário não somente a prática de interpretação, mas também conhecimento teórico sobre a área explorada em sala de aula.

E para melhor entendimento, Magalhães (2013), apresenta a tabela abaixo:

Tabela 1: Aspectos favoráveis e aspectos desfavoráveis

Aspectos favoráveis	Aspectos desfavoráveis
O aluno surdo aprende de modo mais fácil o conteúdo de cada disciplina;	O intérprete não conseguir passar o conteúdo da mesma maneira que o professor;
O aluno surdo sente-se mais seguro e tem mais chances de compreender e ser compreendido;	O aluno não presta atenção ao que o professor regente diz, porque está atento ao intérprete;
O processo de ensino aprendizagem fica menos exaustivo e mais produtivo para o professor e alunos;	Há necessidade de pelo menos dois intérpretes por turma porque a atividade é exaustiva;
A Libras passa a ser mais divulgada e utilizada de maneira mais adequada;	O professor regente pode sentir-se constrangido em estar sendo interpretado;
O aluno surdo tem melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa (falada e ou escrita).	O professor não interage diretamente com o aluno.

Fonte: Magalhães (2013, p. 82).

Portanto, a inserção do ILS deve ser feita mediante reflexões e cuidados, pois este profissional é o elo entre duas pessoas, auxiliando no conhecimento de uma cultura a outra e assim, sucessivamente, numa interação dialógica entre alunos surdos e professores ouvintes, bem como com os demais envolvidos no contexto escolar.

Tendo em vista a atuação do ILS na instituição escolar, ressalta-se que, a interpretação se materializa na interface de duas línguas. Segundo Bakthin (2006), a interpretação vai além da codificação e decodificação de informações, perpassa pelas pessoas envolvidas e o contexto sócio histórico no qual estão inseridos.

Assim, a interpretação subdivide-se em consecutiva e simultânea:

A interpretação simultânea é quando a mensagem fonte está em andamento e o intérprete acompanha essa fala (ou sinalização). Ou seja, enquanto o interlocutor está falando, o intérprete interpreta simultaneamente, sem cortes. Na interpretação consecutiva o intérprete escuta (ou vê) a mensagem e assim que fecham uma sentença há uma pausa (TUXI, 2009, p. 13).

Na interpretação simultânea, exigem-se do ILS habilidades que vão além do conhecimento linguístico, é preciso destreza e aptidão interpretativa de versar as informações da estrutura linguística de uma língua para outra e estar atento ao fluxo de informações que continuam sendo transmitidas.

Também se faz necessário destacar e diferenciar as atribuições do tradutor intérprete e do professor intérprete. Vieira (2007), menciona que o tradutor intérprete de Libras tem a função de mediador linguístico de duas línguas no ambiente escola, tendo que desenvolver, fluentemente, nas línguas competências linguísticas e tradutórias condizentes às estratégias lexicais e ao nível de escolaridade e fluência dos educandos surdos. Já o professor intérprete em uma atuação diversificada e ampliada, enfatizando as relações de ensino aprendizagem dos alunos surdos:

Percebe-se que ser professor e ser tradutor/intérprete são posições diferentes em termos de profissão e prática, ou seja, constituem atribuições diferenciadas. Faz-se necessário ter em mente que misturar e criar a nomenclatura “professor – intérprete”, mesmo que seja somente para suprir falta do cargo do profissional tradutor/intérprete no quadro de funcionários dos sistemas educacionais, causam conflitos de representações, de funções entre o professor intérprete, professores, alunos surdos e não surdos e demais profissionais da educação, tal como se apresentam as narrativas destes profissionais no decorrer do presente trabalho (VIEIRA, 2007, p. 54-55).

Portanto, entre o tradutor intérprete de Libras e o professor regente de classe deve haver cooperação e participação no planejamento das aulas, nas avaliações e demais ações docentes das quais sejam pertinentes, para que as estratégias pedagógicas atendam às necessidades do aluno surdo.

De acordo com Quadros (2006), é preciso no ato da matrícula do aluno surdo, garantir a presença do intérprete; entretanto somente isso não é suficiente para suprir as necessidades que o aluno requer. Segundo a autora, a ação de interpretar circula entre duas línguas, parte da tradução do conteúdo em português para a língua de sinais.

Em alguns casos, os estudantes surdos não estabelecem vínculo afetivo com os grupos escolares, porque professores, alunos e funcionários são ouvintes e isso prejudica a inter-relação social e educacional do aluno surdo; tornando-se apenas trocas de informações, devido à incompatibilidade linguística.

Segundo Domingos (2014, p. 23), “atitudes, como a escolha adequada de atividades e de materiais, o melhor local na sala para sentar-se, ter com este a mesma postura que tem

com outros alunos no sentido de disciplinar e orientar, sem ignorá-lo ou superprotegê-lo”. Portanto, cabe ao professor fazer com que este aluno se sinta acolhido, pois a educação é para todos, independente de sua especificidade.

Evidentemente que, se o aluno tiver a presença de um Intérprete da Língua de Sinais em sala de aula, o seu desempenho educacional tende a ser melhor, porque facilita o processo de aprendizagem de língua oral, serve de apoio para a leitura e entendimento de textos escritos, auxiliando na produção escrita.

Nesse sentido, salienta-se que o aluno surdo inserido no ensino regular público, tenha aulas direcionadas para o seu objetivo, a de compreensão dos conteúdos, mediante a comunicação da Libras:

Para atender de maneira organizada o atendimento em libras deve ocorrer diariamente em horário contrário ao das aulas na sala de aula comum, propiciando uma oportunidade para que o professor de atendimento educacional especializado faça seu planejamento juntamente com o professor de turma comum e o professor de Língua Portuguesa, acompanhando o plano de conteúdo oficial da escola, pois o conteúdo é semelhante ao desenvolvimento na sala de aula comum de acordo com a série ou ciclo que o aluno está cursando (DEUS, 2012, p. 12).

Diante disso, ressalta-se que é importante a introdução dessa língua no ambiente escolar da criança, pois uma grande parte dos estudantes surdos se desenvolve melhor quando a língua instrucional é a língua de sinais.

De acordo com Costa (2003, p. 3), “[...] no bilinguismo, propõe-se que o surdo adquira a língua de sinais desde a mais tenra idade, assim, como os ouvintes adquirem a fala [...], pois no bilinguismo, a surdez não é vista como uma incapacidade, mas como uma especificidade”; assim o ensino da Libras ao estudante surdo não negligencia o ensino da língua portuguesa, o domínio da língua materna propicia o aprendizado de uma segunda língua.

No que diz respeito ao Intérprete da Língua de Sinais e a interação do aluno surdo e o ouvinte, considera-se relevante sua inserção no ambiente escolar para contribuir na comunicação e vivências desses alunos com os ouvintes, pois muitas vezes a comunidade escolar desconhece a Libras:

O tradutor intérprete de língua de sinais é a pessoa que traduz de uma língua para outra, interpretando a língua de sinais para a língua falada, podendo esta ser simultânea, onde se ouve a enunciação e passa para outra língua no tempo da enunciação, ou consecutiva, onde o tradutor intérprete ouve, vê o enunciado e depois faz a passagem para outra língua (QUADROS, 2004, p. 11).

Enfim, baseando-se na lei vigente e, a priori, o aluno surdo necessita da presença de um Intérprete em Língua de Sinais no contexto escolar, reforça-se que: sem este profissional, o aluno surdo não conseguirá obter algum tipo de aprendizagem, tendo em vista que este não consegue entender o que está sendo ministrado pelo professor regente de classe.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 Pesquisa Bibliográfica e Pesquisa Qualitativa

O primeiro procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa bibliográfica. Foram consultadas várias literaturas relativas ao assunto em estudo, artigos publicados na internet, legislação e livros.

De acordo com Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Esta pesquisa auxiliou no contato direto com o material escrito sobre o assunto, pautou-se nas pesquisas de Lacerda (2009), Quadros (2008), Rosa (2005), dentre outros que foram essenciais para que este trabalho se concretizasse.

Outro procedimento metodológico utilizado foi o estudo qualitativo, segundo Godoy (1995), esta pesquisa apresenta algumas características:

Considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

Portanto, a pesquisa qualitativa baseou-se no relato das experiências de uma Intérprete da Língua de Sinais que atuou com três alunos inclusos na rede regular de ensino público.

4.2 Descrição do cenário e perfil dos participantes (*)

A motivação para a realização deste trabalho foi proveniente das experiências, enquanto profissional Intérprete de Libras no contexto escolar.

*Para esta pesquisa foi realizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cf. cópia apresentada em anexo) e todos os participantes concordaram.

Trabalho nessa área há cinco anos, com alunos matriculados no ensino regular público. Tenho formação em Pedagogia e Letras/Libras – Licenciatura e como requisito para conclusão do Curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras, fez-se necessário o presente estudo, pois, o trabalho com estudantes surdos é desafiador e ao mesmo tempo motivador, pois se sabe que muitas vezes esses alunos são excluídos na sala de aula.

Apesar de a legislação amparar a inclusão, esse tema ainda é polêmico e há divergência entre a teoria e a prática no que diz respeito às leis vigentes e a atuação desse profissional no contexto escolar, não somente quanto a sua qualificação, mas também quanto ao despreparo do professor regente de classe frente a essa demanda de inclusão escolar e social.

Os participantes desta pesquisa foram três alunos surdos matriculados na rede pública, sendo uma estudante inserida no 5º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais) uma estudante do Ensino Médio e outro aluno matriculado no Ensino Médio Profissionalizante.

O primeiro cenário é o da Escola Municipal X, onde a aluna X teve o apoio especializado da Intérprete da Língua de Sinais no 4º ano e posteriormente no 5º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais). Seu diagnóstico era de uma aluna indisciplinada, com déficit de atenção e com necessidades educacionais especiais, não era alfabetizada, sem conhecimento quanto a Libras, pois segundo a mãe, ela não queria que a filha aprendesse essa língua, mas que falasse, pois a mesma havia feito implante e ela achava que ela iria falar após o implante, ouviria e conseqüentemente iria aprender a falar. O que de fato não ocorreu.

O segundo cenário é o Colégio Estadual Y, o qual o aluno Y está inserido no Ensino Médio, no Curso Técnico de Segurança. Este aluno surdo com vinte anos de idade, muito agitado e impaciente com domínio da Língua de Sinais e oralizado na Língua Portuguesa.

Tinha experiência na área industrial e isso facilitava no processo de entendimento quanto à interpretação dos conteúdos abordados em sala de aula.

O outro cenário é o Colégio Z, o qual a aluna Z está matriculada no Ensino Médio e teve apoio especializado na disciplina de Espanhol. Aluna surda com 26 anos de idades, com domínio da Língua de Sinais.

5. RELATO DA PRÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ENSINO PÚBLICO REGULAR

5.1 Prática no Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

Desde o princípio da minha atuação, enquanto Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), no contexto escolar, procurei me aproximar dos alunos surdos, afetuosamente, num processo gradual e contínuo, a fim de que pudessem sentir-se confiantes durante a execução do meu trabalho e, conseqüentemente, que isso pudesse contribuir no seu desempenho educacional. Durante o trabalho de interpretação, foi necessária muita dedicação, paciência, comprometimento e criatividade para estimular as potencialidades dos alunos surdos, visando a melhor maneira possível de superar desafios e promover momentos de adaptações curriculares, socialização e compreensão dos conteúdos abordados em sala de aula.

No ano de 2014, numa turma de 4º ano, iniciei o trabalho com a aluna X, a qual estava inserida numa turma com 25 alunos ouvintes e, até o presente momento, não havia tido a presença de um intérprete na sua vida escolar, desconhecia a Libras. Seu Diagnóstico era de uma aluna com déficit de atenção, indisciplinada, com problemas comportamentais em sala de aula.

Para compreendermos melhor, partirei da história da aluna surda, que aos dois anos de idade passou pelo implante coclear, seguido de proibição da aprendizagem e do uso da Libras, pois, a equipe médica, fonoaudiólogos e familiares almejavam o desenvolvimento da oralidade na criança. Foram oito anos de trabalhos com sessão de fonoaudióloga e tentativas de desenvolver a fala da aluna surda que mesmo com implante, não ouvia as pessoas que se comunicavam com ela por fala oral. Assim, não ocorreu como desejado e a discente com onze anos de idade, frequentando o 4º ano não era alfabetizada.

Ao receber a aluna surda, a equipe da Escola X procurou verificar e avaliar qual nível de aprendizagem ela apresentava. Mas, também foram analisados pela pedagoga, professora regente e Intérprete de Libras os pareceres sobre a aprendizagem e desenvolvimento da aluna que vieram da outra escola, a qual a aluna surda estudava desde a educação infantil.

Após a leitura e avaliação dos documentos, perceberam a necessidade de uma reunião com a equipe pedagógica da escola atual e a equipe da Secretaria de Educação do

Município, responsáveis pela criança incluída na rede de ensino, para que todos os responsáveis pelo desenvolvimento da discente tivessem ciência e discutissem sobre a melhor maneira de realizar um trabalho que atendesse às necessidades educacionais dessa aluna e que o processo ensino aprendizagem ocorresse de fato, pois até então a aluna não era alfabetizada e também não compreendia a Libras.

Diante do resultado da reunião, a decepção foi grande, pois, uma das responsáveis disse: “O pouco que você, intérprete, fizer, já é muito”, fala esta registrada em ata pela diretora da escola e por mim no meu caderno de registro.

Lima (2015) menciona que:

O surdo é um ser espetacular, que vive em um momento que sua Língua está sendo reconhecida e que conquista espaços anteriormente reservados apenas aos ouvintes. O intérprete é uma pessoa que precisa ser sensível à surdez, que deve buscar conhecimentos relativos a Libras, Comunidade surda e outros aspectos que envolvem a surdez (LIMA, 2015, p. 45).

É visível a necessidade de conscientização sobre o indivíduo surdo, a visão errônea sob julgo de incapacidade, fez e faz até nos dias atuais com que os surdos lutem pela sua valorização e aceitação como ser pensante, reflexivo e crítico, agente ativo no meio social e não passivo. A diferença é uma condição física, e não no intelecto.

Tal diferença não pode colocar barreiras na relação entre o intérprete e o surdo, pelo contrário, entende-se que o intérprete precisa ser um ser sensível, deve ter conhecimentos significativos na Libras e com postura e ética comprometer se com seu trabalho. A autora Lima (2015) afirma que:

O intérprete Educacional necessita possuir um diferencial. O mesmo deve estar ligado à aprendizagem do surdo para modular sua ação, é o profissional que convive diferentemente de outras áreas que o intérprete pode atuar. A relação intérprete e aluno surdo deve ser a mais respeitosa possível, contudo o profissional deve deixar bem claro que o professor regente é de fato o professor. Posicionar-se como professor, como se o aluno surdo seja exclusivo do intérprete se traduz como falta de ética e compromete a relação, não apenas no ano em curso, mas nos que virão posteriormente, pois o surdo se “acomodará” a uma situação errônea (não por sua culpa, mas por parte do intérprete) e, que possivelmente outro profissional não dará continuidade a tal postura, sendo este rejeitado sem entender o porquê (LIMA, 2015, p. 57).

Esse diferencial do qual fala a autora de fato se faz necessário no ambiente e contexto educacional, pois este está mesmo que indiretamente ligado à aprendizagem do aluno surdo. É certo que o intérprete não domina todas as áreas do conhecimento e não é

formado em todas as áreas do conhecimento, e que se faz necessário, por uma questão também ética, que este saiba se posicionar quanto a sua função, diferenciando para o aluno surdo o seu trabalho e a função do professor.

O aluno surdo precisa saber diferenciar tais funções e agir como ser ativo, interagindo com o intérprete e com o professor regente, para que seu desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem aconteça e que não ocasione problemas futuros.

Lacerda e Bernardino (2009) argumentam que:

Acreditamos que na educação do aluno surdo, a contribuição principal do ILS é mesmo a de interpretar. Contudo, nesse processo, é preciso que a atuação do intérprete se constitua em parceria com o professor, propiciando que cada um cumpra com seu papel em uma atitude colaborativa, em que cada um possa sugerir ao outro, promovendo a melhor condição possível de aprendizagem para a criança surda (LACERDA E BERNARDINO, 2009, p. 69).

Essa diferenciação de funções foi trabalhada com a aluna surda, o que facilitou no seu processo ensino-aprendizagem, pois quando se dirigia a Intérprete, e esta a conduzia a professora regente, a aluna passou a compreender que seu questionamento e sua aprendizagem eram de competência da professora regente, a Intérprete somente transmitia o que a professora ensinava.

Contudo, ainda existia a barreira da incompreensão da Libras pela aluna X. Com dedicação, comprometimento e profissionalismo, fui ensinando e interagindo com a aluna e isso contagiou toda a turma e alguns alunos começaram a aprender também a Libras para poderem se comunicar com a Aluna X.

Num determinado dia, estava com a aluna no intervalo da aula e os alunos do 3º ano do período vespertino haviam trabalhado o conteúdo sobre alimentação saudável, confeccionaram vários cartazes com imagens e colocaram em exposição no mural da escola, para que a comunidade escolar pudesse apreciar as atividades.

A aluna X observou as figuras e me mostrou o sinal correspondente àquela imagem, porém era visível que a aluna surda não havia ainda entendido que o sinal era o nome da imagem. Ao mostrar a figura da maçã, fiz o sinal da maçã e também na datilologia escrevi a palavra maçã, contextualizei, sinalizando que era bom para a saúde e marcando forte com expressão facial, dizendo que gostava de maçã, porque era bom para a garganta também, para saúde em geral.

Neste momento, notei que os olhos da aluna surda mudaram sua expressão facial, ela estava me olhando, entretanto seu pensamento estava organizando as informações que estava recebendo.

Então, a aluna X mostrou-me novamente a figura da maçã e partindo disso começou a mostrar todas as coisas: objetos, papel de bala; enfim, tudo que encontrava pela frente para ver o sinal de cada um, fiquei comovida com a alegria demonstrada e foi assim que ela começou a compreender a Libras.

A partir desse fato, tudo se tornou mais fácil. Antes a aluna surda não sabia nem mesmo registrar do quadro os conteúdos explorados em sala de aula e quando fazia tentativas, precisava de auxílio, não entendia o uso de parágrafos, não se localizava no caderno, apresentava muitas dificuldades no processo ensino aprendizagem e por não compreender o mundo a qual ela estava inserida, quando não conseguia realizar as atividades escolares, chorava e se por algum motivo me afastasse, ela também chorava, pedia para ir embora, dizia estar com dor, seu comportamento era infantilizado, não era condizente com a sua idade cronológica.

Segundo relatos da família, diziam que a relação com a aluna surda em casa era muito difícil devido à falta de comunicação, usavam mímicas e gestos caseiros, mas não se configurava em uma comunicação clara e compreensível entre aluna surda e a família.

Para Goldfeld (1997, p.41) “[...] a Língua de Sinais seria a única língua que o surdo poderia dominar plenamente e que serviria para todas as suas necessidades de comunicação e cognitivas, isto é, comunicação e organização do pensamento”.

Diante disso, com a aquisição da Língua de Sinais, tudo ficou mais fácil, pois foi trabalhada com a aluna a questão do comportamento, isso só foi possível graças ao fato de a comunicação acontecer de maneira compreensível.

A aluna surda aprendeu rapidamente a Libras e foi conversado com a mãe para que a mesma pudesse interagir com pessoas que tivessem fluência na Língua de Sinais para que a mesma tivesse um melhor desenvolvimento na comunicação, tendo em vista que a minha função enquanto Intérprete no ambiente escolar era somente a mediação, ou seja, a interação entre a aluna e os demais elementos do ambiente escolar, e na sala de aula a interpretação do conteúdo e do trabalho desenvolvido pela professora regente.

Assim, a aluna começou a conviver com outras pessoas surdas que dominavam a Libras e, conseqüentemente, na escola praticava com a Intérprete, que em seus momentos

com aluna fora da sala de aula também lhe ensinava os sinais e praticava com ela a conversação em Libras.

Neste contexto surgiram as dúvidas, as angústias e os desafios quanto a minha atuação enquanto Intérprete de Libras, pois como praticar somente a minha função diante desta situação? Como agir diante das dúvidas da aluna surda e do desconhecimento da Libras pela professora regente que até então não sabia como agir diante da aluna e dependia da minha interpretação para comunicar-se com a aluna, não somente no que diz respeito aos conteúdos, mas também na interação professor aluno?

Foram necessárias muitas trocas, estudos, pesquisas e planejamento coletivo com a professora regente, preparamos juntas os materiais e adaptações curriculares frente às demandas educacionais da aluna surda.

Diante disso, ressalto que em vários momentos fiquei confusa quanto a minha atuação como intérprete de Libras. E como fazer? Para não ir contra a ética profissional e fugir da minha verdadeira função?

Então, devido ao meu comprometimento docente e a necessidade da aluna em aprender a Libras, decidifazer o que fosse necessário para que ela tivesse um aprendizado de qualidade e que atendesse às suas especificidades, pois até então a aluna não havia tido nenhum apoio especializado e agora era minha função ser Intérprete, mas também não poderia deixar de ensinar a ela a Libras para que pudesse se comunicar e interagir socialmente.

Diante do desenvolvimento significativo da aluna surda, a equipe decidiu que o trabalho desenvolvido por mim e pela professora regente estava atendendo as demandas especiais, educacionais e sociais da aluna X.

No decorrer do 4º ano foram trabalhados com a discente os conteúdos adaptados e atividades para alfabetização, com bom senso e tentando equilibrar minha função diante dos desafios, ou seja, intermediar a relação e a aprendizagem da aluna surda numa situação que necessitava mais do que um profissional intérprete, necessitava de um professor intérprete.

Contudo, os desafios foram superados e os objetivos gradativamente foram alcançados quanto ao processo ensino aprendizado da aluna surda, pois durante as aulas, quando a aluna surda não entendia, me olhava demonstrando curiosidade. Entretanto, solicitava que ela indagasse os seus questionamentos e ponderações à professora regente e aí sim, fazia a mediação entre elas, sendo um elo de comunicação.

As atividades escritas eram todas, a princípio, adaptadas nas duas línguas, Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, para melhor compreensão da discente, isso facilitou

muito no processo ensino-aprendizagem da mesma. Todo o trabalho foi desenvolvido com engajamento da equipe escolar.

Contudo, sempre tinha conflitos emocionais e profissionais, porque havia nascido uma amizade afetuosa com a aluna e tive que equilibrar meus sentimentos, buscando a prática do que sugere a questão ética do profissional intérprete:

Quando falamos de postura do profissional intérprete devemos entender que não é a ausência de afetividade que deve prevalecer, mas, sim a imparcialidade no que está sendo transmitido. A afetividade não pode também ser a ditadora das regras, não pode ser descomedida ao ponto de prejudicar o aluno e fazê-lo dependente das ações do intérprete. Mas como a afetividade poderá influenciar as vivências do intérprete/surdo sem provocar prejuízos? Apesar de a pergunta ser complexa e nos dirigir a outros tantos questionamentos, faz-se necessário que a observemos como algo que precisa ter limites definidos, a princípio não manter uma relação e indiferença, onde o intérprete passa o conteúdo sem ao mesmo saber se sua interpretação está ao nível de compreensão do surdo. Podemos dizer que o intérprete indiferente à dinâmica da sala e, sobretudo ao emocional do surdo não é um profissional apto a vivências, experiências em âmbito educacional, pois a escola representa algo cotidiano, não estático e que sofre influências de outros meios, não havendo lugar para a indiferença. Estes meios externos à escola envolvem a família que, não raras vezes, mantêm o surdo fora de conversações, não dando espaços a dar opiniões, então é na escola e, principalmente, com o intérprete (caso não haja outros surdos) que o surdo sente-se livre para entender e ser entendido. O bom senso deve perpassar a relação do intérprete com o surdo e suas vivências, por exemplo: sabendo dar a atenção necessária ao surdo, não sendo hostil, tendo cuidado para não invadir a aula do professor regente desviando o foco e mostrando interesse sempre em manter comunicação nos momentos propícios a tal (LIMA, 2015, p 68).

Segundo a autora entre profissional intérprete e o aluno surdo não deve prevalecer ausência de afetividade, é necessário saber não confundir afetividade com o trabalho profissional, o intérprete além de ser profissional precisa mostrar ao aluno surdo a diferença entre afetividade e a imparcialidade no trabalho, para que ele perceba e compreenda essa diferenciação, sem sentir-se desprezado ou menosprezado por não ter uma relação de carinho e de amizade com o intérprete.

A questão das regras com relação ao código de ética é que ele consiga então fazer essa separação da afetividade, enquanto profissional dentro da sala de aula, porém, o Capítulo III, Responsabilidade Profissional no Artigo 12 do Código de Ética do Intérprete diz que: “O intérprete deve esforçar-se para reconhecer os vários tipos de assistência ao surdo e fazer o melhor para atender as suas necessidades particulares”.

Diante da relação afetiva e do comprometimento no trabalho, constatou-se que a aluna surda teve um desenvolvimento relevante em todos os aspectos, cognitivo, social, físico e, principalmente, no que diz respeito ao seu processo de aprendizagem.

No ano seguinte, a aluna X teve o meu apoio especializado como Intérprete na sala de aula no 5º ano. Com a continuidade do trabalho, os resultados continuaram a ser positivos e isto fez com que a aluna surda fosse considerada uma das melhores alunas da turma, na questão da aprendizagem, de comportamento e responsabilidade.

A afetividade entre nós continuou fora do contexto escolar. Nos dias atuais somos amigas, mas ressalta-se que na sala de aula é preciso existir ponderação entre amizade e profissionalismo, para que não haja problemas com outros intérpretes em seus estudos futuros.

5.2 Práxis no Ensino Médio Profissionalizante e Ensino Médio

No segundo momento, atuei no Ensino Médio interpretando as disciplinas específicas do Curso Técnico Segurança do Trabalho e na disciplina da Língua Espanhola. Nesta modalidade de ensino a dificuldade foi maior na questão da interpretação da mensagem, pois, os professores usavam palavras e termos nas disciplinas desse curso técnico que não possuem sinais próprios e até mesmo pelo fato de desconhecer os termos dessa área profissional.

Em algumas situações, quando os professores referenciavam as máquinas, sentia a necessidade de pesquisar mais profundamente e percebi como é diferente estar interpretando no mesmo contexto no mesmo ambiente, ou seja, dentro do contexto educacional em níveis diferentes, com conteúdos diferentes.

Analisando minha experiência no Ensino Fundamental, os resultados significativos obtidos durante o período em que atuei como intérprete, considero que esta fase no Ensino Médio foi difícil, pois precisei buscar não só por sinais próprios dos termos, mas, também trocar informações com alunos que eram formados na profissão de bombeiro e enfermagem para que pudessem clarear os conceitos, o que era e como funcionava, pois somente assim consegui compreender melhor o contexto onde esses profissionais trabalham e como poderia mediar a interpretação no Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

O aluno surdo precisava ter uma interpretação condizente à fala dos professores. Desse modo, necessitava como exemplo, entender o que é uma válvula de pressão? O que é uma caldeira? Como fazer isso, onde buscar essa informação não é, e não foi um trabalho fácil, mesmo perguntando para o professor, era difícil a compreensão de alguns conteúdos. Então, às vezes, era mais fácil buscar informações com os colegas de turma, os bombeiros, os enfermeiros, os engenheiros que já trabalhavam em empresas.

Com esta troca de informações, no momento da interpretação ficava mais fácil, pois, já havia um pré-conceito do que significava determinados termos. E a interpretação acontecia com uso de classificadores, uso do espaço em 3D, trabalhava-se o imaginário do aluno para que este pudesse então receber de fato a interpretação da mensagem do professor de maneira mais condizente e que pudesse ali acontecer a aprendizagem do aluno.

Interpretar neste curso foi difícil, porém, os maiores desafios encontrados foram na questão da relação entre intérprete e aluno, por ser adolescente e por eles terem a concepção que pode tudo e que não há consequências, foi o obstáculo nesse processo, pois o aluno surdo queria conversar sobre outras coisas, enquanto o professor regente estava explicando o conteúdo. Nesse momento, tive que ser profissional e fiz menção negativa as suas atitudes, dizendo que iria fazer a interpretação do que o professor estava ensinando, afinal, a minha presença na sala de aula era para isso e não para atender as conversas paralelas do aluno surdo, que não condiziam com o conteúdo explorado.

A pedido da chefia do departamento da Educação Especial e da coordenação do curso foi preciso, em alguns momentos, conversar com os professores, principalmente, nos conselhos de classe, para que os docentes estivessem observando melhor a postura, o comportamento do aluno surdo e solicitei que os professores chamassem sua atenção para a aula, fazendo com que o aluno surdo interagisse mais, deixando evidente que minha função ali era a de interpretar os conteúdos e de fazer essa comunicação entre aluno surdo x professores das disciplinas e aluno surdo e demais envolvidos no ambiente escolar.

De acordo com Damázio (2007, p. 16), “é absolutamente necessário entender que o tradutor intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são, absolutamente, diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior”.

Nesse sentido, foram trabalhadas com os professores adaptações das atividades, pois no curso técnico eles trabalhavam com textos extensos, dificultando a compreensão do aluno surdo, tendo em vista que este ainda apresentava dificuldade na leitura da escrita na Língua Portuguesa e mesmo os professores tendo ciência disso, pediam para o aluno surdo fazer a leitura.

Em alguns momentos, fiz a tradução do texto, na expectativa de que o aluno surdo pudesse ter uma melhor compreensão do conteúdo. Alguns professores, por espontaneidade solicitavam sugestões de atividades e alternativas de como poderiam fazer para atender melhor o aluno surdo e incluí-lo ativamente nas aulas; apresentavam suas avaliações com

antecedência para que pudesse ser feita as sugestões de adaptações possíveis e com isso o aluno tivesse mais independência para resolver as questões com menos intervenção, pois quando as avaliações são adaptadas às especificidades do aluno, torna-se mais propício para que ele consiga realizá-lo de uma forma mais autônoma.

Com relação à interpretação no Ensino Médio na disciplina de Espanhol foi uma experiência gratificante, tendo em vista que a professora demonstrou-se preocupada com aprendizagem da aluna surda e em vários momentos buscava informações de como fazer, o que ela poderia estar colocando nas atividades e nas avaliações para favorecer o aprendizado da aluna. Solicitava sugestões do que poderia estar trazendo para sala de aula que contribuísse no meu trabalho e ajudasse também na assimilação e aquisição dos conteúdos pela aluna surda.

As trocas de experiências entre mim e a professora foram de informações sobre uma língua estrangeira, no caso o Espanhol, da qual não dominava, precisava ser traduzida para a Língua Portuguesa e depois traduzida para a Libras.

Segundo Bayer (2009), um dos desafios propostos pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular público dependerá de uma ação coletiva, envolvendo os próprios alunos, equipe escolar docente, funcionários e adaptações curriculares.

Afinal, as diferenças existem no ambiente escolar e reconhecer essa diversidade é reconhecer possibilidades e limites, por isso o intérprete tem uma função tão relevante na vida escolar do aluno surdo, pois o intérprete é o elo comunicativo entre as pessoas que o cercam. E em uma sala onde há ouvinte e alunos surdos, um intérprete de libras pode propiciar oportunidades antes desconhecidas ou não ofertadas ao aluno surdo, devido suas especificidades.

Portanto, retomando os momentos vivenciados em sala de aula como intérprete, foram momentos significativos, porque a professora tinha muita paciência em explicar, em traduzir o espanhol para que pudesse transmitir para a aluna surda na Libras.

Também foram feitas tabelas e quadros de imagem com o sinal em Libras com vários conteúdos, pois buscava-se uma forma visual do conteúdo, para que a aluna surda pudesse além da interpretação, estar visualizando os conteúdos nas tabelas e quadros e, conseqüentemente, memorizando como que poderia ser feito nas atividades. Em todas as atividades e avaliações a professora adaptou os conteúdos juntamente comigo, visando que aluna surda pudesse ter entendimento e assimilasse o conhecimento explorado.

Com isso a aluna surda realizou, com autonomia, as atividades e avaliações, necessitando de pouca mediação na interpretação, pois as atividades apresentavam imagens condizentes ao conteúdo e com as tabelas que a professora já havia feito às adaptações necessárias as especificidades da aluna, onde ela pôde compreender e resolver as mesmas, sem apresentar dificuldades significativas.

As notas da aluna surda foram ótimas, demonstrando que a discente assimilou e internalizou os conteúdos explorados em sala de aula.

Segue alguns exemplos de atividades realizadas com a aluna surda:

Figura 2: Tabela de verbos em Espanhol.

TABLA DE CONJUGACIÓN DE LOS VERBOS REGULARES EM PRESENTE DEL SUBJUNTIVO

Cuando queremos expresar incertidumbre u otro sentimiento en relación a lo que está por venir, podemos usar el modo subjuntivo como berramienta. El presente Del subjuntivo puede expresar: posibilidad, deseo, voluntad, necesidad, consejo. Tal vez mi padre (El) cante en la fiesta de cumpleaños demi hermana. Es importante (Ella) que beba mucha água.

	Coluna 1	Coluna2	Coluna3
	CANT - AR	BEB -ER	ESCRIB - IR
Yo	cant+ e	beb + a	escrib+ a
Tú	cant + es	beb + as	escrib + as
El /ella / usted	cant+e	beb +a	escrib + a
Nosotros (as)	cant+ emos	beb+ amos	escrib +amos
Vosotros (as)	cant+ éis	beb +áis	escrib +áis
Ellos / Ellas / ustedes	cant+ en	beb +an	escrib + an

Para entender melhor:

- **TRABAJAR** –verbo terminado em AR
TRABAJAR – TRABAJ + as terminações **coluna 1.**

	TRABAJ - AR
Yo	trabaje
Tú	trabajes
El /ella / usted	trabaje
Nosotros (as)	trabajemos
Vosotros (as)	trabajéis
Ellos / Ellas / ustedes	trabajen

- **COMER** – verbo terminado em ER
COMER– COM + as terminações da **coluna 2.**

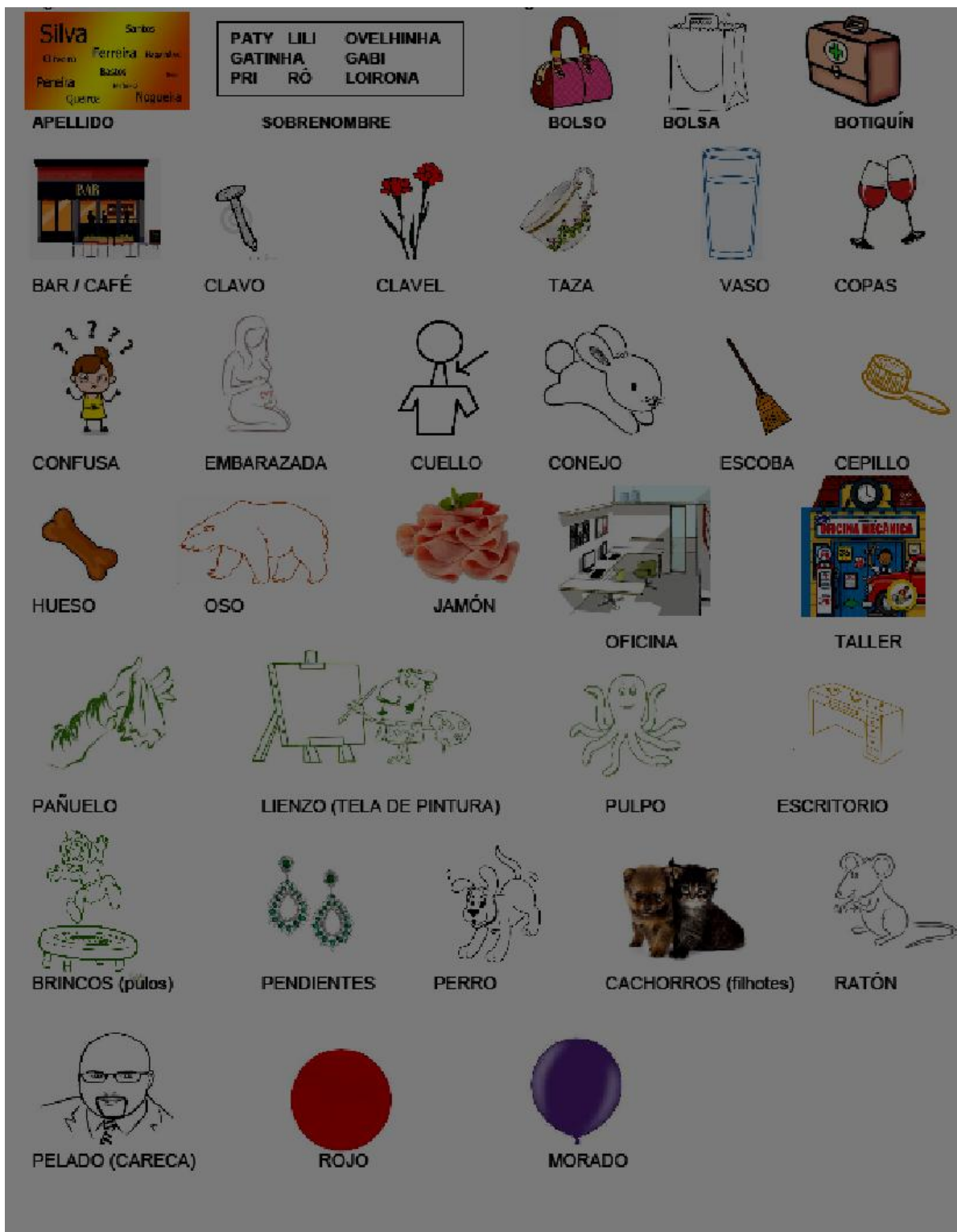
	COM -ER
Yo	coma
TÚ	comas
El /ella / usted	coma
Nosotros (as)	comamos
Vosotros (as)	comáis
Ellos / Ellas / ustedes	coman

Fonte: Professora regente da disciplina citada, 2018.

Figura 3: Exercícios de assimilação de conteúdo em Espanhol.

HETEROSEMÁNTICOS

São palavras em espanhol muito semelhante na grafia e na pronúncia destas em português, mas que possuem significados totalmente diferentes. São conhecidas como falsos amigos.



Fonte: Professora regente da disciplina citada, 2018.

Foram realizadas várias conversas com a equipe pedagógica sobre os alunos surdos e, em todo momento, o apoio aconteceu por parte da direção, da coordenação e membros da escola. A troca entre professor e intérprete foi significativa nesse processo, pois ambos aprenderam um com o outro.

No entanto, ressalta-se que os desafios foram muitos com relação à minha atuação como Intérprete: em ter amizade ou somente desenvolver minha função? Esses conflitos de sentimentos, mesmo tendo certa liberdade permitida pelos professores e alunos, surgiam sempre e refletia sobre minha práxis.

Sabe-se que o profissional Intérprete tem que ter uma postura de simplesmente passar a mensagem fielmente daquilo que o professor está falando sobre o conteúdo, mas, em alguns momentos, acaba, espontaneamente, colocando algo a mais ou ocultando alguma coisa que não consegue de repente acompanhar diante de toda a classe, de todos os alunos que, muitas vezes, estão falando ao mesmo tempo.

Mas, no término das experiências, analisando os aspectos negativos e positivos, compreende-se que o Intérprete deve ter no ambiente de trabalho postura ética profissional na sua atuação.

Entretanto, é necessário ter bom senso para que a relação com o professor e o aluno surdo aconteça de maneira afetuosamente, respeitando o código de ética, e assim, para que o processo ensino-aprendizagem do aluno surdo possa realmente acontecer de forma integral, tendo os mesmos direitos garantidos de um aluno ouvinte e assim ter oportunidades e suas potencialidades desenvolvidas em seu desempenho educacional e social.

Evidentemente, que o Intérprete de Libras não é a solução para todos os problemas dos alunos surdos, mas é um alicerce profissional que será o elo comunicativo entre aluno surdo, professor, colegas e equipe escolar, afinal, a comunicação é imprescindível no processo ensino-aprendizagem, além de auxiliar na interação entre pessoas que compartilham línguas e culturas divergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao inserir um Intérprete da Língua Brasileira de Sinais no contexto escolar, tem-se a possibilidade de o aluno surdo poder receber as informações em Libras, através de um profissional com competência nessa área.

Portanto, confirmou-se com este trabalho que “na medida em que a condição linguística especial do aluno surdo é respeitada, aumentam as chances de ele desenvolver-se e construir novos conhecimentos de maneira satisfatória, em contraponto a uma inclusão escolar sem qualquer cuidado especial” (LACERDA, 2000, p. 32).

Evidentemente que não podemos ser ingênuos ao considerar que somente a inserção deste profissional em sala de aula garantirá uma aprendizagem satisfatória ao aluno surdo; também é necessário atender-se as questões metodológicas, adaptações curriculares, material didático adequado, dentre outras para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda.

Porém, a presença de um profissional Intérprete de Libras pode contribuir para que os alunos surdos possam usufruir da sua cidadania e aproveitar o máximo das possibilidades de interação na sala de aula, juntamente com seus colegas ouvintes; tendo os mesmo direitos e oportunidades, demonstrando sua capacidade e potencialidade por meio da mediação desse profissional.

O presente estudo evidenciou no relato a relevância do ILS na sala de aula para atender as especificidades dos alunos inclusos no ensino regular público. Observou-se que a mediação da ILS foi fundamental para que o surdo tivesse sua participação e voz assegurada dentro da sala de aula.

Contudo, no cotidiano da sala de aula, o intérprete muitas vezes não faz só a interpretação do conteúdo e a interação na comunicação entre os envolvidos, pois lhe é atribuído às funções que cabem ao professor regente e, para não deixar o aluno perdido, acaba assumindo uma série de funções que não são de sua atribuição.

Tendo em vista essa problemática e, com base no relato do 5º capítulo deste estudo, buscou-se trazer considerações relacionadas à função do intérprete no âmbito escolar; porque a legislação aponta que a atuação deste profissional deve ser de mediador na interação do aluno surdo com os envolvidos na instituição de ensino. Lacerda e Bernardino (2009), reforçam que o professor e o Intérprete devem atuar em regime de colaboração, sendo que

cada um deve cumprir seu papel, promovendo uma condição favorável de aprendizagem ao aluno surdo.

No entanto, é preciso compreender que o Intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior. Destaca-se ainda, a necessidade da interação e participação do Intérprete com o professor regente na elaboração do planejamento de aula, avaliação e nos eventos que acontecem no ambiente escolar.

Apesar das conquistas e dos avanços do intérprete em sala de aula, ainda se encontram os desafios para este profissional: o professor regente, por falta de conhecimento, acaba atribuindo ao intérprete a sua função de ensinar, pois esta função é do professor e não do intérprete. As situações no contexto escolar muitas vezes provocam sentimentos conflituosos no profissional intérprete, no sentido de saber e compreender a sua real função, porém por emoção, afetividade, comprometimento com o aluno surdo e até mesmo diante do desconhecimento do professor regente com relação ao mesmo, remete ao profissional intérprete realizar atividades não condizentes com sua atuação.

O intérprete tem conhecimento de suas atribuições enquanto profissional, porém, devido ao bom senso e afetividade ao aluno surdo, acaba realizando ações docentes que é da responsabilidade do professor regente. Enfim, baseando-se na lei vigente, o aluno surdo necessita da presença de um profissional intérprete em língua de sinais no contexto escolar, ressalta-se que sem este profissional no ambiente escolar, o aluno surdo terá poucas chances de obter algum tipo de aprendizagem, tendo em vista que ele não consegue compreender o que está sendo ministrado pelo professor regente de classe.

Evidentemente que se o aluno tiver a presença de um intérprete de Libras em sala de aula, o seu desempenho educacional tende a ser melhor, porque contribuirá no processo de aprendizagem de língua oral, servindo de apoio para a leitura e entendimento de textos escritos, auxiliando na produção escrita.

Portanto, a inclusão deste profissional na sala de aula minimiza as dificuldades do aluno surdo em relação à interação professor x aluno surdo, aluno surdo x alunos ouvintes, aluno surdo x equipe escolar, assegurando aos alunos surdos os seus direitos garantidos por lei, bem como adaptações curriculares, métodos, recursos e organizações específicas para atender suas especificidades, propiciando um melhor desempenho das suas potencialidades educacionais, de interação e comunicação no convívio social.

REFERÊNCIAS

BAKTHIN, Mikhail. Estética da Criação Verbal. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAYER, Hugo Otto. O projeto da educação inclusiva: perspectivas e princípios de implementação. In: Jesus, Denise Meyrelles de. Baptista, Cláudio Roberto. Barreto, Maria Aparecida Santos Corrêa. Victor, Sonia Lopes (org.) **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Senado Federal, 1990.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

_____. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Senado Federal, 2015.

CASSIANO, Paulo Victor. **O surdo e os seus direitos. Os dispositivos da Lei nº 10.436 e do Decreto nº 5.626**. Revista Virtual da Cultura Surda. Edição nº 21/maio de 2017 – ISSN 1982-6842. http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files_/3%C2%BA%20Artigo%20de%20Cassiano.pdf acesso em 01/05/2018.

COSTA, Dóris Anita Freire. Fracasso **Escolar: Diferença ou Deficiência?**. Psicopedagogia online. Out. 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8526901494> acesso em: 05/06/2018.

DAMÁZIO, Milene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez**. Brasília: MEC, 2007.

DEUS, Maria de Lourdes Fonseca. **Surdez: linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum**. Revista Anápolis Digital. vol. 3; n. 1; p 1 – 15; 2012.

DOMINGOS, Maria Cristina da Silva. **A inclusão do aluno surdo da educação infantil no ensino regular**. RVCS. Editora Arara Azul; ed. 14; p. 1-32; set. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. (2000). **Com que as crianças surdas dialogam em sinais. Surdez, Processos Educativos e Subjetividade**. 29-49. São Paulo: Lovise.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A prática pedagógica mediada pela Língua de sinais: trabalhando com sujeitos surdos**. Cadernos Cedes, Unicamp, Campinas, ano XX, nº 50, 2000.

_____. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem professores e intérpretes sobre essa experiência**. Caderno Cedes, Unicamp, Campinas, v 26, nº 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

_____. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos**. Cadernos de Educação. Pelotas, p. 133-153, mai/ago de 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de e BERNARDINO, Bruna Mendes. O papel do interprete de língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização. In: LODI, Ana Claudia Balieiro e LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LIMA, Camila Gois Silva de. **Intérprete de Libras na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco**. Curso de pedagogia pela Universidade de Pernambuco UPE. Portal Educação. 2015. <http://www.unifal-mg.edu.br/acessibilidade/codigo-de-etica-interpreteacesso> em 01/05/2018.

MAGALHÃES, Fábio Gonçalves de Lima. **O Papel do Intérprete de LIBRAS na Sala de Aula Inclusiva**. *Revista Brasileira de Educação e Cultura* – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo. Número VII Jan-jun 2013. <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoeculturaaaccess> em 02/05/2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

NETO, Dinéia Ghizzo, GASPARINI, Leila. **As dificuldades encontradas pelo profissional Tradutor Intérprete de língua de sinais no ensino regular**. Dissertação (Monografia). Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná. Medianeira, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. (2006). **Políticaslingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações**. Cadernos Cedes 26(69), 141-161.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, 2007.

QUADROS, Ronice Muller (org.). **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Interpretação Interlíngua: as especificidades da interpretação de língua de sinais**, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2008v1n21p135> acesso em: 01/05/2018.

ROSA, Andréa S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANDER, R. Questões do intérprete da língua de sinais na universidade. In: LODI, A.C.B. (org.). **Letramento e minorias**. 2ª ed. Porto Alegre: mediação, 2003.

SANTOS, Luciane; FESTA Priscila Soares Vidal. **A relação do intérprete de libras e o aluno surdo: um estudo de caso**. Revista eletrônica do curso de pedagogia das faculdades OPET. Ed. 7, n 3, p 1-10, 2014.

SKLIAR, Carlos. (Org.). **Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SOUZA. V. R. M. **Gênese da educação de surdos em Aracaju**. Dissertação (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

TUXI, Patrícia. **A Atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Madri: Unesco, 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em: 10/05/2018.

VIEIRA, Mauren Elisabeth Medeiros. **A auto-representação e atuação dos “professores intérpretes” de língua de sinais: Afinal... professor ou intérprete?** Santa Catarina: UFSC/Centro de Ciências da Educação. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A - ATIVIDADES (ADAPTADAS) ENSINO FUNDAMENTAL

Tarefa: 19/05/15.

Encontra o nome das frutas.

M A SÃ

MELANCIA

LARANJA

MAÇÃ

PARABÉNS!

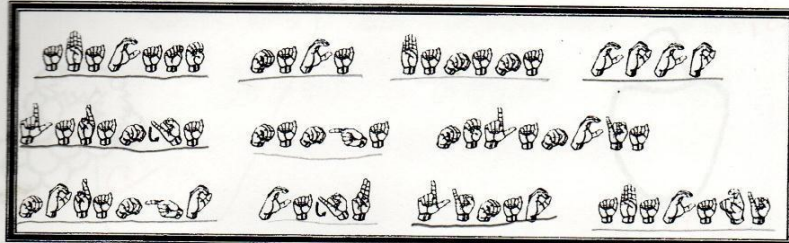
CAJU

OVAS

BANANA

Data: 03/06/15.

Alfabeto em Libras para o alfabeto
para os alunos surdos.



   
COCO ABACAXI MAÇA BANANA

   
ABACATE MORANGO CAJU MANGA

   
LIMÃO CAJU LARANJA MELANCIA

maior 2011.

Observe as cenas e escreva uma
histórinha nas linhas ao lado.

Seja bem criativo!



Título: "Homem e árvore"

Homem triste não
tem árvore.

Homem trabalha

Homem planta sementes

Homem água, folha,

Homem árvore folha

crescer

Homem feliz voltou

naoem árvore crescer.

PRODUÇÃO TEXTUAL

Data: 24/06/16

s Festas Juninas nos fazem viver intensamente nosso folclore, a
nossa cultura. Conte como é a festa junina da sua escola; o que você
mais lhe chama a atenção; como são as apresentações; como é a
decoração; que alimentos tem nessa festa....não esqueça do título,
lembre-se que toda história tem um começo, meio e fim; tem
parágrafos; utilize corretamente os sinais de pontuação, etc.



Festa na escola.

Título

Festa tem pipoca, fogo, bandeirinhas, bolo
caca-cola

Tem brincadeiras e mexicanas na festa.

Nas mesas vendem alimentos.

gosto mais ou menos das festas juninas

APÊNDICE B - ATIVIDADES (ADAPTADAS) ENSINO MÉDIO – DISCIPLINA DE ESPANHOL

Contenidos: Interpretación, condicional simple; artículos; heterogénicos; vocabulario: los oficios y las profesiones.

1. Lee el texto y contesta las preguntas:

El primer día en la escuela

Rodrigo: Hola, soy Rodrigo. Hoy es mi primer día de clase en esta escuela. ¿Quién eres tú?

Francisco: Soy Francisco, pero todos me llaman Paco. Este es mi hermano, Pablo. Él es alumno de la clase al lado. Lamentablemente, su desempeño escolar no es de los mejores.

Pablo: Sí, somos hermanos, pero, por suerte, no somos colegas de clase.

Rodrigo: Y a vea que ustedes son dos hermanos muy típicos. ¡De cualquier manera, mucho gusto en conocerlos! Ah, ¿aquella muchacha de pelo negro que está en el rincón de la izquierda también es alumna de nuestra clase?

Francisco: Aquella es Gabriela, la chica más hermosa de la escuela. Ella estudia en la clase de Pablo.

Rodrigo: ¡Te felicito, Pablo! ¿Cómo son los profesores aquí?

Francisco: Ellos son todos buenos, pero hay algunos que son exageradamente severos.

Pablo: El timbre está sonando. Es hora de empezar las clases.

a. ¿Cómo se llama el hermano de Francisco? ¿Y cómo es el desempeño escolar del chico? (0,4 puntos)

b. ¿Quién es la chica más hermosa de la escuela? (0,3 puntos)

c. ¿Cómo son los profesores de la escuela de Rodrigo y Francisco? (0,3 puntos)

2. Condicional es un tiempo que se utiliza para hacer invitaciones, recomendaciones, expresar un deseo y expresar cortesía. El condicional simple se forma con el infinitivo del verbo que conjugamos, más las terminaciones. Completa los espacios con los verbos entre paréntesis, conjugándolos en Condicional. (1,0 puntos – 0,2 cada)

	CANTAR (cantar)	BEBER (beber)	ESCRIBIR (escrever)
YO	cantar + ía = cantaría	beber + ía = bebería	escribir + ía = escribiría
TÚ	cantar + ías = cantarías	beber + ías = beberías	escribir + ías = escribirías
ÉL/ ELLA/ USTED	cantar + ía = cantaría	beber + ía = bebería	escribir + ía = escribiría
NOSOTROS (as)	cantar + íamos = cantaríamos	beber + íamos = beberíamos	escribir + íamos = escribiríamos
VOSOTROS (as)	cantar + íais = cantaríais	beber + íais = beberíais	escribir + íais = escribiríais
ELLOS / ELLAS / USTEDES	cantar + ían = cantarían	beber + ían = beberían	escribir + ían = escribirían

- a. **Nosotros** _____ si el bus estuviera llegando. (correr)
 b. **Ellos** _____ si tuviera dinero. (viajar)
 c. **Yo** _____ un vestido nuevo si mi madre permitiera. (comprar)
 d. **Ella** _____ si les diera un libro nuevo. (festejar)
 e. **Tú** _____ llegar a ciudad si tuviera un mapa. (conseguir)

3. Elige la opción que completa correctamente las frases. (0,3 puntos – 0,1 cada)

- a. Si pudiera vivir nuevamente mi vida
 En la próxima _____ de cometer más errores. (**Yo - tratar**)
 trataré trataría
- b. Si nos lo pidieran, se lo _____ (**nosotros - dar**)
 daríamos daríais
- c. Si tuvieras más tiempo, ¿me _____ (**Tú - ayudar**) ?
 ayudarías ayudarían

4. Completa con los artículos correspondientes (el, los, la, las); (0,7 puntos – 0,1 cada)

El = o los = os la = a las = as

a. _____ libro del profesor es muy interesante.



b. _____ profesora es muy inteligente.



c. _____ chicos están tristes.



d. _____ chica es muy estudiosa.



e. _____ reloj de mi salón está dañado.



f. _____ secretaria es inglesa.



g. _____ mujeres están felices.



5. Elige la opción correcta para completar las frases. (1,0 puntos – 0,2 cada)

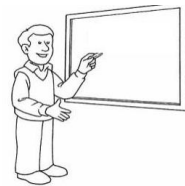
Español	Portugués
el origen	a origem
el humo	a fumaça
el puente	a ponte
el viaje	a viagem
el lenguaje	a linguagem

Español	Portugués
el árbol	a árvore
el color	a cor
el estreno	a estréia
la leche	o leite
la miel	o mel

- _____ que está en el patio lo plantó mi abuelo. (árbore).
- _____ delfín de semana fue muy divertido. (aviagem)
- A ella le gusta tomar _____ descremada. (oleite)
- _____ de abeja es importante en el tratamiento de algunas enfermedades. (o mel)
- _____ de aquella fábrica está contaminando el aire. (afumaça)

6. Escribe el nombre de los respectivos oficios y profesiones. (1,0 puntos – 0,1 cada)

Albañil - payaso - maestro - costurero -
 fontanero - Carnicero - peluquero - panadero -
 cantante - abogado





APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

NOME DO SERVIÇO DO PESQUISADOR

Pesquisador Responsável: ROSELI CONCEIÇÃO DE ALMEIDA SCHEFER
Telêmaco Borba – Paraná

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“CONSIDERAÇÕES DE UMA INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR”**. Neste estudo pretende-se apresentar considerações acerca do trabalho do profissional Intérprete de Libras na instituição escolar.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos metodologia bibliográfica e a pesquisa qualitativa, da qual você terá uma contribuição significativa neste estudo.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo **“CONSIDERAÇÕES DE UMA INTÉRPRETE DE LIBRAS NO CONTEXTO ESCOLAR”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Telêmaco Borba, _____ de _____ de _____.

Nome _____ Assinatura participante _____ Data _____

Nome _____ Assinatura pesquisador _____ Data _____

Nome _____ Assinatura testemunha _____ Data _____